

## Falta de resposta nos serviços municipais marca reunião de Câmara da Guarda

Criação da Agenda 2040, requalificação dos acessos ao terminal rodoferroviário e a participação no estudo do potencial hídrico do Parque Natural da Serra da Estrela outros assuntos em destaque na última reunião de fevereiro

Carina Fernandes

A falta de resposta ou o atraso dos serviços municipais da Guarda em decidir foi um dos temas que marcou a última reunião camarária, que decorreu na passada quarta-feira. Sendo a última do mês de fevereiro, a sessão foi aberta ao público e foi Baltazar Lopes, presidente da Associação de Eventos de Aldeia Viçosa, quem abordou o problema.

Logo depois, no período de antes da ordem do dia, Carlos Chaves Monteiro (PSD) também questionou o presidente da Câmara sobre a falta de resposta ao pedido de ajuda de um dos clubes da cidade, o Guarda Desportiva, para cedência de transporte, que não foi atendido. Além da ausência de resposta, o vereador social-democrata considerou que não existe «equidade no tratamento» das associações do concelho. «Há duas ou três situações que já nos foram referenciadas de dois pesos e duas medidas. Porque é que há associações que beneficiam de apoios extraordinários e outras onde as necessidades básicas para o desempenho da sua atividade desportiva não são minimamente respondidas (...)? Espero que não estejamos a falar de uma discriminação por parte deste executivo em tratar diferente aquilo que é igual e, portanto, merece uma resposta também igual», argumentou o antigo presidente guardense. E com esta intervenção os vereadores eleitos pelo PSD exigiram «respeito, espírito democrático e respostas atempadas àquilo que são necessidades concretas destas associações».

Também Luís Couto, vereador do PS, considerou que «começa a

ser desagradável ouvir as associações queixarem-se de que não são recebidas pelo executivo, nem recebem respostas às perguntas que fazem à Câmara». O socialista acrescentou que, além das duas situações retratadas na reunião, «temos ouvido, em conversa pessoal, outras associações que se queixam do mesmo e, portanto, achamos que o executivo tem que afinar a máquina de avaliação das situações que lhe são colocadas. Há tempo para tudo e, portanto, mais do que esse tempo é tempo a mais», criticou. O presidente da Câmara da Guarda não respondeu aos vereadores da oposição durante a reunião, mas no final, em declarações aos jornalistas, garantiu que «os serviços municipais funcionam bem» e com os critérios «de sempre». «Os serviços municipais e os serviços técnicos respondem em razão da matéria com uma única prioridade: é a ordem de entrada e função da disponibilidade que os técnicos têm para responder», afirmou.

Contudo, Sérgio Costa admitiu que nas últimas semanas possa ter havido alguns atrasos devido à ocupação dos técnicos na preparação do Carnaval, porém a situação será regularizada. Quanto à falta de cedência de transporte ao Guarda Desportiva, o autarca revelou que nesse fim de semana não havia autocarros «para nenhum clube» porque «o que está nas normas é que quando o município necessita dos seus transportes para suas atividades, como foi o Carnaval, não os tem para outros fins». De resto, assegurou que os pedidos das associações e clubes do concelho são «todos tratados com a máxima equidade, a máxima lisura e a máxima transparência».



Sérgio Costa garante que «os serviços municipais funcionam bem» e com os critérios de sempre

### «Estamos a fazer a nossa parte, o Estado que cumpra o seu compromisso»

Na passada quarta-feira o executivo guardense aprovou por unanimidade a primeira fase da requalificação dos acessos ao terminal rodoferroviário da Guarda, nomeadamente nas artérias dos bairros limítrofes da Sequeira e de Nossa Senhora de Fátima.

«Estamos a falar na requalificação de uma pequena parte da Rua da Treija, na Sequeira, e daquela ligação pela rua dos caminhos de ferro, da rua do Rosmaninhal ao Bairro Nossa Senhora de Fátima. Esta rua em concreto deve ser a mais maltratada da cidade», considerou o autarca em declarações aos jornalistas. Este processo já se arrasta desde 2018, ano em que a Infraestruturas de Portugal lançou o primeiro concurso público para concessão do terminal, que dará lugar ao Porto Seco. Entretanto o Governo já atribuiu a gestão do terminal rodoferroviário à Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo (APDL).

Após a abertura do procedimento, o edil pede ao Governo que cumpra as promessas feitas há mais de quatro anos. «Nós estamos a fazer a nossa parte, o Estado que cumpra o compromisso que nos fez nesta sala», disse Sérgio Costa, referindo que «se não tivéssemos decidido não fazer a Feira Ibérica de Turismo não podíamos fazer estas obras». O autarca independente assumiu a ambição de prosseguir esta requalificação urbana: «Estamos a preparar também os projetos para a Avenida São Miguel, que não poderá ser requalificada toda ao mesmo tempo. É impossível do ponto de vista financeiro e técnico», declarou, adiantando que «queremos ter uma aposta forte na requalificação urbana da nossa cidade e dos nossos bairros». Entretanto, foi também aprovada a requalificação de alguns arruamentos do Bairro do Torrão, que rondará os 300 mil euros.

### Casal de Cinza vai deixar de ter pelado

O executivo também aprovou a construção de um novo campo sintético em Casal de Cinza. A aposta no desporto do concelho «estava prevista no nosso programa eleitoral» e, para Sérgio Costa, o clube daquela freguesia «tem uma dinâmica desportiva muito importante e conhecido de todos», pelo que a Câmara quer dar-lhe «mais condições para a prática desportiva, assumindo, tal como fizemos em Vila Cortês do Mondego, depois da obra feita, a gestão do campo».

Este investimento foi também justificado com «a necessidade de oferecer mais área de jogo»

aos clubes porque, «manifestamente, aquilo que temos neste momento já está a ficar cada vez mais sobrecarregado, seja no Estádio Municipal, seja no Zambito, seja em Vila Cortês». Para Luís Couto, com esta decisão, «a partir de agora, todos os clubes que tenham atividade possam perfeitamente pedir um protocolo à Câmara para a recuperação dos equipamentos, ampliação ou melhoria». Porém, trata-se de um investimento «grande e a longo prazo, porque há gastos todos os meses enquanto o clube estiver em atividade», argumentou o socialista.

### Municípios vão avaliar recursos hídricos do Parque Natural da Serra da Estrela

Os seis municípios que integram o Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) vão elaborar um plano de avaliação dos recursos hídricos daquela área protegida para perceber o seu potencial. O projeto é liderado pela Guarda.

Para o presidente da autarquia, «é muito importante» para a atual geração e para as vindouras que possa existir «um documento orientador sobre o verdadeiro potencial hídrico» da Serra da Estrela, para que sejam evitadas situações relacionadas com a falta de água nas barragens da região. O documento vai ser elaborado «sem tabus», garantiu Sérgio Costa. A proposta de estabelecimento de parcerias para a execução dos estudos relativos ao Plano de Avaliação dos Recursos Hídricos do Parque Natural da Serra da Estrela foi aprovada por unanimidade.

Nesta sessão foi também aprovada a criação de um Conselho Municipal do Desporto e do Conselho Municipal da Cultura, bem como os respetivos regulamentos. O executivo decidiu ainda agregar os regulamentos já existentes no que toca aos apoios atribuídos às associações do concelho. «O que queremos é reveritar estes regulamentos, até porque existem associações que podem ser apoiadas nas três valências, culturais, desportivas ou juvenis. E pretendemos congregar tudo no mesmo regulamento para que seja tudo analisado da mesma forma e com os mesmos critérios», justificou o presidente do município.

### Guarda vai criar Agenda Estratégica 2040

Sérgio Costa anunciou que a Câmara da Guarda vai criar uma Agenda Estratégica 2040, «criando as condições para melhor definir a orientação clara do que pretendemos que seja concretizado nos próximos anos na cidade e no concelho».

«Esta Agenda 2040 podia ser elaborada por qualquer empresa contratada para o efeito ou pelos próprios serviços municipais, mas este executivo optou por uma metodologia diferente ao convidar os municípios, as instituições e as empresas do concelho a participar com as suas opiniões, sugestões e críticas. Queremos que este documento

reflita o pensar e o querer de todos os municípios e, para tal, serão realizadas dezenas de reuniões e lançado um inquérito num formato em papel e online, solicitando claramente a resposta de todos», adiantou o autarca.

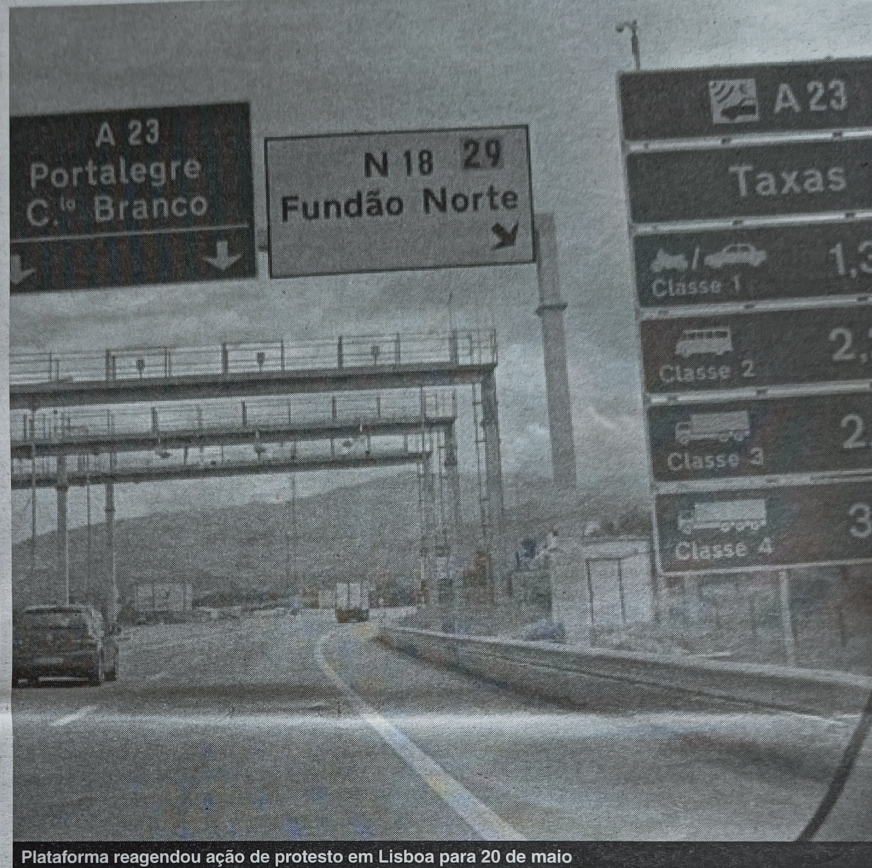
O processo teve início no final do mês de fevereiro e corresponde a orientações da União Europeia. O edil disse ser «muito importante ver definida a estratégia de atuação para os próximos 20 anos, sendo certo que todos nós estamos convocados a participar na construção desta Agenda 2040 do nosso concelho», apelou o presidente da Câmara.



# Portagens sem fim à vista

Assembleia da República voltou a chumbar redução ou eliminação da cobrança nas autoestradas sem custos para o utilizador (SCUT), como a A25 e A23, enquanto o Governo só se compromete em repor os 50 por cento de redução aprovados em 2021

AR



Plataforma reagendeu ação de protesto em Lisboa para 20 de maio

Ainda não foi desta que a Assembleia da República aprovou o fim das portagens nas antigas autoestradas SCUT, como é o caso da A23 e A25.

Na última sexta-feira, os diplomas apresentados por PSD, Chega e PCP para reduzir ou eliminar o pagamento de portagens nestas autoestradas Sem Custos para o Utilizador foram todos chumbados.

Os dez projetos-lei do PCP defendiam a eliminação da cobrança na A23, A25, A28, A29, A41, A42, A4, A13, A22 e A24, já o Chega recomendava a implementação de um plano gradual de isenção do pagamento de portagens. Mas os socialistas votaram contra, alegando que o Governo irá apresentar até junho uma reforma para a redução tarifária. Em contrapartida, a o Parlamento, reunido em plenário, aprovou um dos três pontos de uma proposta apresentada pelo PSD para aplicação, «com caráter de urgência», de um regime de descontos previsto para os veículos elétricos e não poluentes. E chumbou o ponto em que os sociais-democratas recomendavam ao Governo que «cumpra o aprovado em sede de Orçamento de Estado e aplique um desconto efetivo de 50 por cento nas taxas

de portagem dos territórios do interior».

Este chumbo aconteceu no mesmo dia em que Plataforma P'la Reposição das SCUT na A23 e A25 reuniu com o ministro das Infraestruturas, João Galamba, em Lisboa. No final, Luís Garra, porta-voz do movimento, foi lacónico: «Em termos de conclusões da reunião, o que estou em condições de dizer é que o único compromisso que conseguimos que o Governo assumisse é que, no mínimo, ainda no primeiro semestre aprovará uma resolução que vai repor os 50 por cento de redução das portagens aprovados em 2021». O responsável lembrou que houve apenas uma redução de 30 por cento, mas que desta vez o Governo «assumiu o compromisso que, no mínimo fará essa correção, ou seja, reduzirá os 20 por cento que faltam a partir do preço em vigor». Uma decisão que será tomada no primeiro semestre e entrará em vigor a 1 de julho. «É esse o objetivo», afirmou Luís Garra.

Entretanto, a Plataforma decidiu reagendar para 20 de maio a «Embaixada da Beira Interior» a Lisboa, uma ação de protesto que esteve prevista para 25 de fevereiro, acusando o Governo de «só oferecer migalhas». Luís Garra

ra voltou a apelar à mobilização da população. «A solução está nas suas mãos. Ou lutam e podem ter resultados, ou não lutam e terão as migalhas que o Governo lhes quiser dar. Sim, porque o que o Governo nos propõe são absolutamente migalhas», criticou o porta-voz desta estrutura que agrega associações empresariais, sindicatos e movimentos de utentes. A decisão foi tomada no conselho geral da Plataforma realizado para analisar os resultados da reunião em Lisboa.

«Regressamos com expectativas defraudadas porque o Governo não se comprometeu com a abolição das portagens, nem sequer até ao fim da legislatura», lamentou o responsável. «O que o Governo fez foi criar um número mediático», considerou Luís Garra, referindo-se às declarações que os governantes têm feito sobre a matéria e reiterando que o fim dos pagamentos é «urgente» e «necessário». Para os meses de março e abril estão previstas sessões públicas de esclarecimento e debate em vários concelhos da Beira Interior, cujo calendário será divulgado oportunamente. E de 1 a 13 de maio serão realizadas ações diversificadas na Covilhã, Fundão, Castelo Branco, Guarda e Seia.





## opinião

Fernando Carvalho Rodrigues\*

# Eutanásia Social

## Carta aberta ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Guarda

Soube, ou melhor li, que vai, à ordem de V. Exa., ser destruída mais uma Escola na Guarda.

É um sinal perfeito para quem queira vir para a Guarda. É mesmo o mais indicado para que pais venham viver para a Guarda. Ou, que enviem até aos avós, netos, para viverem com a qualidade que a Guarda tem. O sinal é muito apropriado. Os pais não vêm porque de longe assistem a uma Eutanásia do Portugal interior.

Se aos avós, por falta de médicos, enfermeiros ou o que seja, já lhes foi incutido o medo que, no perigo de uma falta de meios para cuidar da saúde, não lhes chegue, a tempo, auxílio da medicina, da farmácia, de cuidado em tempo, e já lhes foi excluída, vedada, a realização do seu sonho: vir passar a sua velhice na terra que amam para de novo a cultivarem. Nas terras deste concelho erigiram boas casas, casas com conforto, que vinham ver nas férias, para uma reforma que o trabalho na pátria não lhes deu, mas que o seu trabalho honrado, noutra pátria, lhes granjeou. Até a agricultura passaria o ter o seu trabalho e investimento no território abandonado, não fora estar a ser eutanasiado.

Mas os avós não ficam. Não ficaram. O medo real, gerado por, na maior parte do território, não terem acesso a uma chamada de emergência, pela falta de ofertas que tratem, em tempo real, da sua saúde, de médicos, de pessoas habilitadas, com máquinas adequadas, instaladas, não ficaram.

A sabedoria dos anos fez-lhes antever que a falta de proteção que tiveram na juventude de subsistência e fez a emigração, não se tinha ido embora. Voltaram a emigrar; a maior das crueldades que a pátria lhes infligiu. Estava de volta. Agora como então, que emigraram, cercava a pátria, cercava o povo, uma vez mais por todos os lados: a eutanásia.

Quando velhos não há meios para manter a saúde. Quando jovens não há Escola para onde se formarem. A vida que quiseram trazer de volta ao concelho foi-lhes talhada. Agora é de novo, retalhada.

Os dinheiros da reforma que expandiria a economia foram-lhes empurrados, de volta, para os países onde trabalharam. A casa que construíram aqui e que permitiu mais PIB e, talvez, contas certas, fica entregue a um vizinho mais corajoso ou já sem forças para enfrentar a amargura da saudade, a tristeza da separação do sonho que sem ajuda construíram e que agora a eutanásia se encarniça a destruir.

Os netos, irremediavelmente, não falarão português. Não verão os soitos dourados, as matas de carvalhos grandes, não andarão por caminhos milenares. Não verão a Sé. Nem os balcões. Nem Mileu. Nem vacas jarmelistas. Nem Serras. Nem rio, nem ribeira, nem ribeiro. Não aprenderão História, a História das Famílias. Terão

perdido para sempre a soberania sobre os saberes.

Mas é tão racional a decisão irracional de fechar uma Escola. Mas é também tão óbvio que a finalidade era fechar a Escola. Fechar uma Escola traz biscates, arruamentos, paredes, enfim, o que se sabe da via sagrada da empreitada e da via sacra de degradação do espírito.

Os velhos fogem por medo da sua saúde perigar. Deixam para trás o sonho realizado de uma casa boa, de uma casa que é o seu orgulho e hoje a sua agonia pela geração que já não lhes ouvirá História e que apesar de lhes terem granjeado os meios para que estivesse ao seu alcance: nunca leu um livro. Sim, em cada dez só quatro lemos um livro. E, por isso, fecha-se a Escola.

Para a geração por quem se esforçaram até ao limite, para ser a mais bem qualificada de sempre, embora não se saiba, nem se vislumbre, para quê, a Escola foi, é, para quem decide; a televisão. O mais profundo a que aspiram é um debate na televisão. E na televisão é raro exprimir-se quem fez. No entanto só quem fez... sabe. Os outros ouvimos dizer: Ora, nesses debates do Parlamento, em direto, dos comentadores, é sempre entre gente que ouviu dizer: Não fazemos a mínima ideia, mas ouvimos dizer: Confundem-se, tomam saber por ter ouvido dizer: Até têm uma fórmula para escrever a ignorância. Quando se trata de saber (que só vem do fazer) lestos afirmam, com solenidade grave: Ah!, bem, isso... isso é técnico. Diria a minha avó Joaquina Vasca: Ladrões do meu sossego.

Expulsam-nos das casas que construímos porque não há meios de proteção de saúde. Explicam-nos com catástrofes porque não treinam para a Proteção Civil. Alguém sabe quantas horas aguentam uma frente de fogo com um malho nas mãos os nossos abnegados bombeiros? Quantas horas lhes pagam bem a esses humanos sublimes para treino em condições reais, para cada um aquilatar dos seus limites. Não sabemos. Perante uma ameaça o que fazem: Conduzem-nos com caridade para fora das casas construídas com dinheiro ganho na emigração.

E, agora que podíamos estar com os netos. Fecham a Escola que entretanto construíram com o dinheiro das remessas que enviámos para a Portugal.

Pátria que, novamente, está a sangrar jovens pela fronteira.

Ao fechar a Escola aos netos, depois de nos assegurar falta de segurança de saúde e de Proteção Civil aos avós, está a fazer Eutanásia Social. Está a fazê-la, quiçá sem dar conta, mas ganhe consciência que está a praticá-la contra a vontade do doente. Esse quer viver aqui. Quer ter família aqui. Quer ir à Escola de S. Miguel.

\* Professor emérito